



A ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E A DEMANDA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

THE ALIGNMENT OF TEACHER TRAINING AND THE DEMAND FOR TEACHERS FOR BASIC EDUCATION IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

LA ALINEACIÓN ENTRE LA FORMACIÓN DOCENTE Y LA DEMANDA DE MAESTROS PARA LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

Rodrigo Coutinho Andrade

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3765-4828>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - RJ - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19664

Resumo: Mesmo ante prescrições oficiais atentando para a adequação da formação docente, como observado no conteúdo dos distintos Planos Nacionais de Educação desde 2001, observa-se elevado percentual de professores(as) lecionando sem a formação superior em licenciatura na área do conhecimento ou componente curricular de formação, assim como sem a conclusão de qualquer curso superior. Fato que tende a acarretar severos dilemas no processo de ensino-aprendizagem por razões óbvias, tomando como principal prerrogativa a pertinência científico-disciplinar para a concreção do conhecimento no cotidiano escolar. Porém, tal fato não ocorre de forma idêntica entre as etapas e redes de ensino da Educação Básica. Neste sentido, tomamos como problema da pesquisa a inadequação do trabalho docente no estado do Rio de Janeiro e suas assimetrias no universo acima discriminado, objetivando analisar as particularidades e a demanda relativa de professores(as) no estado em questão. Trata-se de uma pesquisa básica, de cunho explicativo, ancorada no exame bibliográfico-documental, tomando como principais referências as prescrições oficiais para o objeto da pesquisa e os dados coletados e sistematizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Como resultado, podemos indicar que há, no estado fluminense, elevada inadequação profissional dos(as) professores(as) que lecionaram, em 2025, nas etapas de ensino da Educação e na Educação de Jovens e Adultos, cabendo destaque negativo para o âmbito privado.

Palavras-chave: Adequação da Formação Docente. Trabalho Docente. Qualidade educacional

Abstract: Despite official mandates emphasizing the need for appropriate teacher training – as seen in the various National Education Plans since 2001 – a high percentage of teachers are found to be teaching without a higher education degree in their specific subject area or curricular discipline, or indeed without having completed any higher education program at all. This situation tends to create serious dilemmas in the teaching-learning process for obvious reasons, given that scientific and disciplinary expertise is a fundamental prerequisite for effectively translating knowledge into the daily school routine. However, this issue does not manifest uniformly across the different stages and networks of Basic Education. Accordingly, this research addresses the problem of teacher qualification mismatches in the state of Rio de Janeiro and the resulting disparities within the aforementioned educational landscape, aiming to analyze the specific characteristics and relative demand for teachers in the state. This is a basic, explanatory study grounded in a review of literature and official documents; its primary references include official mandates regarding the subject of study and data collected and systematized by the Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (INEP). The findings indicate a high level of professional mismatch among teachers working in Basic Education stages and Youth and Adult Education in the state of Rio de Janeiro in 2025, with the private sector standing out negatively in this regard.

Keywords: Adequacy of Teacher Training. Teaching Work. Educational Quality

Resumen: A pesar de las directrices oficiales que subrayan la necesidad de una formación docente adecuada – como se observa en los diversos Planes Nacionales de Educación desde 2001 –, se constata que un elevado porcentaje de docentes ejerce la enseñanza sin contar con un título de educación superior en su área de especialidad o disciplina curricular, o incluso sin haber completado ningún programa de educación superior. Esta situación tiende a generar graves dilemas en el proceso de enseñanza-aprendizaje por razones evidentes, dado que el dominio científico y disciplinar constituye un requisito fundamental para trasladar eficazmente el conocimiento a la dinámica escolar cotidiana. No obstante, esta problemática no se manifiesta de manera uniforme en las distintas etapas y redes de la Educación Básica. En consecuencia, esta investigación aborda el problema de la falta de cualificación docente en el estado de Río de Janeiro y las disparidades resultantes en dicho panorama educativo, con el objetivo de analizar las características específicas y la demanda relativa de docentes en el estado. Se trata de un estudio básico y explicativo fundamentado en la revisión de literatura y documentos oficiales; entre sus fuentes principales figuran las normativas oficiales relativas al objeto de estudio, así como datos recopilados y sistematizados por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Los resultados indican un alto nivel de desajuste profesional entre los docentes que ejercen en las etapas de Educación Básica y en la Educación de Jóvenes y Adultos en el estado de Río de Janeiro en 2025, destacando negativamente el sector privado en este aspecto.

Palabras clave: Adecuación de la formación docente. Labor docente. Calidad educativa

Introdução

Em 2025, 2.407.049 professores(as) brasileiros-as lecionaram na Educação Básica, considerando todas as modalidades, redes¹ e etapas de ensino (INEP, 2026).

¹ Optamos pela categorização “rede” devido à compreensão legal sobre sistema de ensino, que se remete ao escopo administrativo público no qual a oferta educacional, em diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino, se materializa ante distintas competências, incluindo a própria particularidade escalar – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – de acordo com o Artigo nº 8 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), enquanto a rede incorpora o ente privado.

Deste total, 164.472² trabalharam no estado do Rio de Janeiro no ano acima discriminado, sendo 157.161 no espaço urbano e 11.528 no campo, 35.322 homens e 129.150 mulheres³, 60.397 brancos(as) e 39.918 pretos(as)-pardos(as), e 598 portadores de alguma deficiência – superdotação, altas habilidades ou transtorno do espectro autista⁴ (INEP, 2026). Em relação às redes de ensino, e ainda considerando o ano de 2025, 4.053 lecionaram no âmbito público federal, 33.183 na rede pública estadual de ensino, 81.912 em escolas públicas municipais, e 62.733 em unidades escolares privadas, distribuídos-as em sua totalidade nas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Tabela 1 - Total de docentes do estado do Rio de Janeiro de acordo com as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica - 2025.

Etapas-modalidade de ensino da Educação Básica	Total
Educação Infantil	44.942
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	58.563
Anos Finais do Ensino Fundamental	54.205
Ensino Médio	43.217
Educação Profissional	16.002
Educação de Jovens e Adultos	13.678

Fonte: INEP (2026).

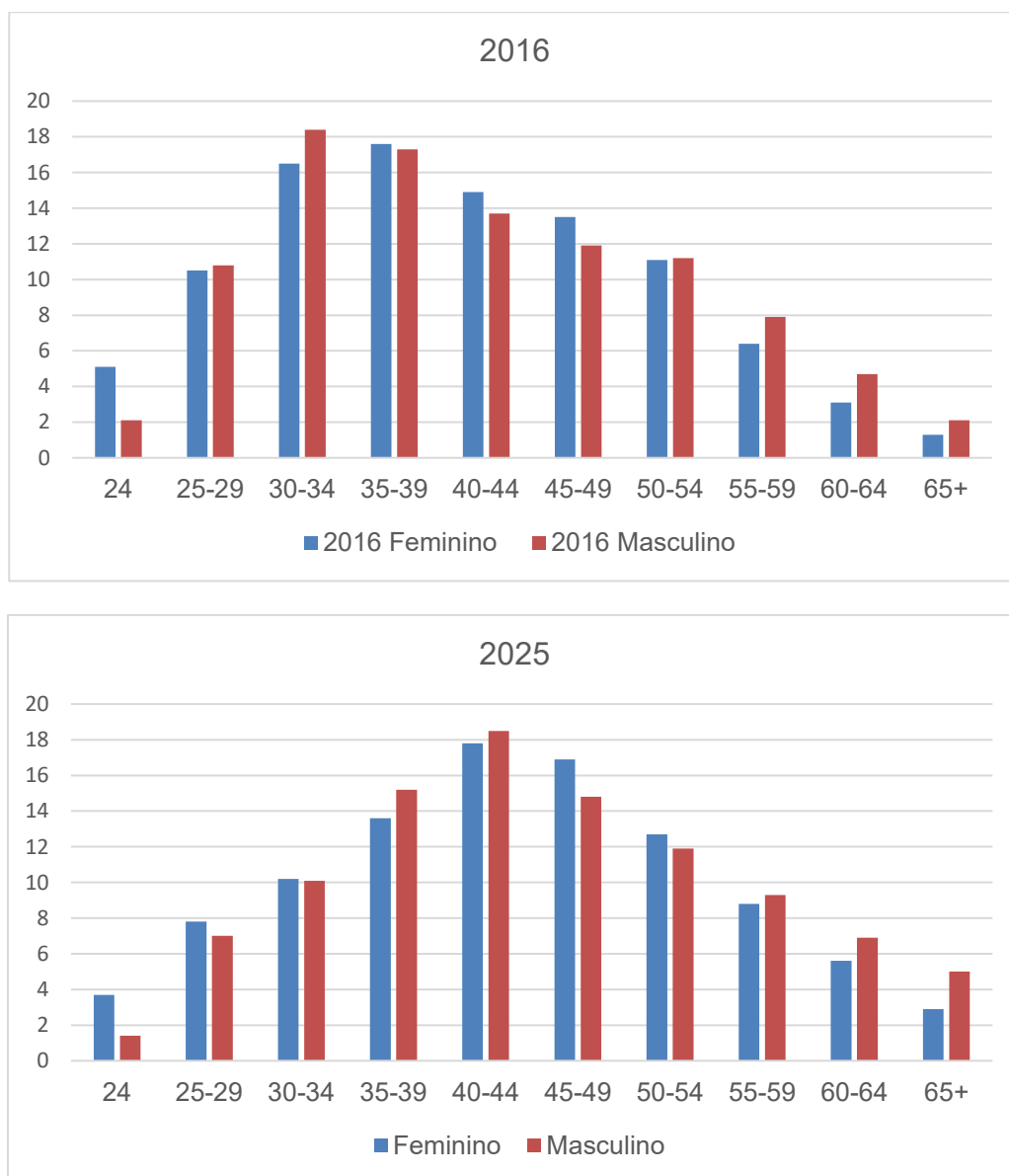
Outra característica introdutória, acerca dos(as) professores(as) da Educação Básica que lecionaram no estado do Rio de Janeiro em 2025 merecedora de destaque – pois interfere tangencialmente sobre o objeto da pesquisa –, refere-se ao processo de *adulti-idosificação* do corpo docente no estado fluminense – não diferindo de tendências nacionais e internacionais (INEP, 2026; OCDE, 2026); cabendo ressalvas ante particularidades locais, regionais, nacionais e nos sistemas de ensino brasileiros.

² A contabilização dos docentes também inclui casos de profissionais em diferentes sistemas, etapas e modalidades de ensino.

³ Proporcionalmente, o sistema público federal de ensino tem maioria masculina, mensurada em 51,9% - rede de ensino com melhores salários –, enquanto a rede pública municipal conta com 83,1% de professoras, seguido pelo sistema privado – 78,9% –, e pelo sistema público de ensino estadual – 61,1% (INEP, 2026).

⁴ Categorizações realizadas pelo INEP (2026).

Figura 1 – Distribuição percentual dos-as professores(as) da Educação Básica do estado do Rio de Janeiro de acordo com a faixa etária – 2016-2025.



Fonte: INEP (2026 – adaptado pelo autor).

Ao longo dos últimos 10 anos, após análise dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) expostos acima, observamos que está ocorrendo a ampliação proporcional da faixa etária dos docentes fluminenses, no qual tomamos como hipótese causadora a combinação

entre a contratação temporária, a oferta de hora-extra⁵ e a retração dos concursos públicos para ingresso no magistério da Educação Básica nos sistemas públicos de ensino⁶, pois estes constituem-se como um empecilho para o ingresso de professores(as) jovens em razão da forma na qual os processos seletivos se realizam⁷, ou não se reificam – concursos para docentes efetivos. Porém, ao investigarmos as diferentes redes de ensino, as informações colocam apontamentos necessários, pois a proporção diferencia em números significativos.

Enquanto no escopo privado de ensino a concentração de docentes ocorre na faixa etária entre 25 e 49 anos, nas redes públicas o mesmo fenômeno se materializa sobre os-as professores-as entre 35-59 anos – com exceção da rede pública federal de ensino, em que a faixa etária limite alcança, nesta proporção, os 54 anos (INEP, 2026). Em outros termos, o ingresso de jovens no magistério ocorre de forma mais ampla nas escolas privadas.

Em relação à formação superior dos professores(as) da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro em 2025, 70,1% lecionaram formados-as em licenciatura, 33,9% portavam algum título de Pós-Graduação, e 40,9% realizaram alguma formação continuada⁸. O sistema privado de ensino apresentou o pior indicador em relação ao quantitativo de docentes que concluíram cursos de licenciatura no total – 55,18% –, e o número mais expressivo de professores-as que realizaram atividades de ensino sem qualquer formação superior – 10,28%⁹ –, enquanto, positivamente, a rede pública estadual contou com 96,36% do seu quadro docente licenciado, e o sistema público federal contou com o quadro docente de maior percentual de pós-graduados – 85,9% pós-graduados e 43% concluíram alguma formação continuada.

⁵ Também denominada como “dobra”, que se categoriza como ampliação voluntária da carga-horária das atividades de ensino. Fato não exclusivo dos sistemas públicos de ensino, como o caso da Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) na rede pública estadual do Rio de Janeiro.

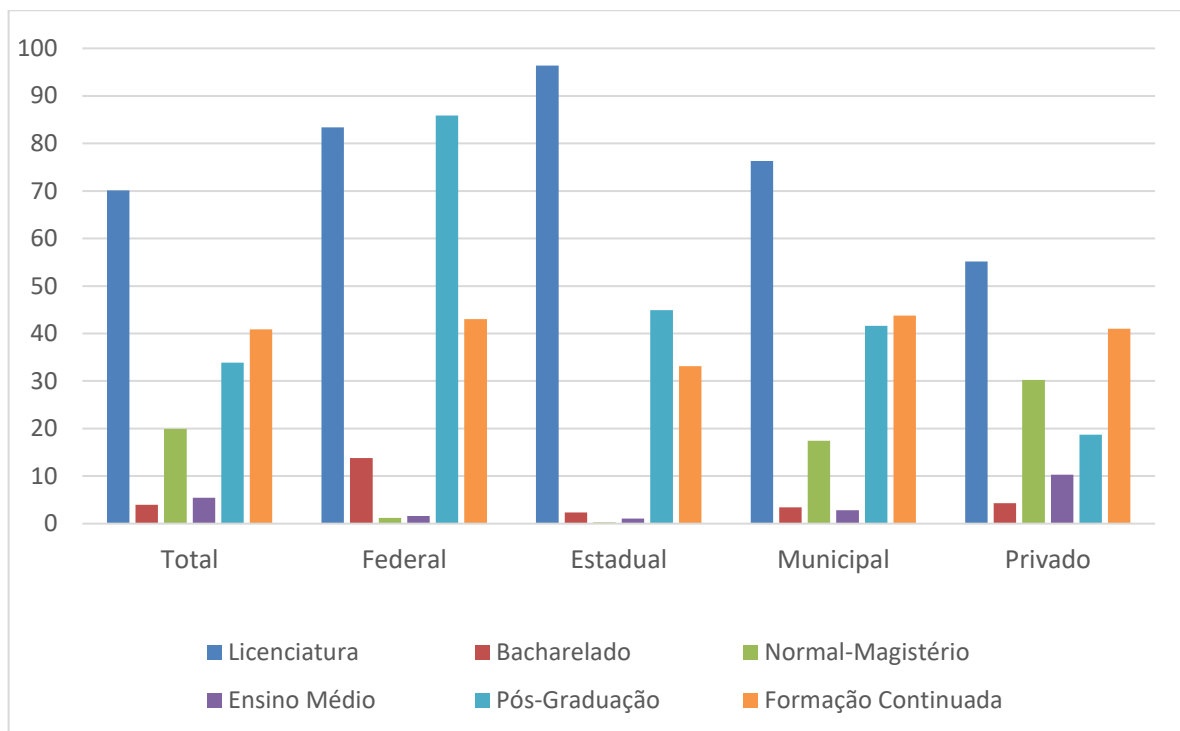
⁶ No caso do estado do Rio de Janeiro, o último concurso ocorreu em 2014.

⁷ Para a contratação temporária, no caso da rede pública estadual do Rio de Janeiro, a pontuação contabiliza, principalmente, o tempo de magistério e a formação em nível de Pós-Graduação, o que impede, por razões óbvias, o ingresso de recém-formados. Em recente pesquisa, Andrade (2025) comprova isto tomando os resultados da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ).

⁸ O mesmo docente pode ter as duas titulações.

⁹ Se inserirmos no cálculo os(as) professores(as) formados(as) apenas no Curso Normal-Magistério, o percentual alcança 40,51% (INEP, 2026).

Figura 2 – Formação dos docentes que lecionaram na Educação Básica no estado do Rio de Janeiro – 2025.



Fonte: INEP (2026).

Entretanto, a formação superior em licenciatura não garante que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com docentes habilitados de modo adequado, mesmo que a garantia materializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) só estabeleça a formação superior em licenciatura e a modalidade normal – para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996, p. 32)

Sob nossa ótica, isto tende a obliterar um problema significativo que infere diretamente sobre a qualidade da educação e a própria identidade profissional, que se trata da adequação da formação docente “considerando sua formação acadêmica e a(s) disciplina(s) que leciona” (Brasil, 2014a, p. 1). Em outros termos, trata-se do(a) professor(a) formado na mesma disciplina ou componente curricular, que leciona cotidianamente em suas turmas nas distintas redes, etapas e modalidades de ensino

da Educação Básica, que, por razões óbvias, imputam sentidos aceitáveis para a positiva relação ensino-aprendizagem. Esta – a adequação da formação – condiciona profissionalmente o sujeito responsável pelas práticas curriculares, didáticas e pedagógicas no “chão da escola” por envolver diferentes saberes “oriundos da formação profissional e de **saberes disciplinares**, curriculares e experienciais” (Tardif, 2002, p. 36 – grifo nosso), e quando isto não ocorre, entendemos como uma demanda relativa de profissionais formados para as atividades de lecionação na Educação Básica. Fato previsto pelo coetâneo Plano Nacional de Educação (PNE) (2026-2036); aliás, desde o PNE 2001-2010 (Brasil, 2001).

Sobre o tema, o presente PNE foi institucionalizado por meio da Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 (Brasil, 2026), contendo 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, abarcando o trabalho docente, de modo explícito, no 17º (décimo sétimo) objetivo. Este almeja “garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação” (Brasil, 2026, p. 18), fracionado em seis metas e 28 estratégias.

Analisando o PNE anterior – 2014-2025 –, sancionado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014¹⁰ (Brasil, 2014b), verifica-se pouca diferença do conteúdo em relação às metas do tema em voga, assim como a inserção destas no mesmo objetivo – é notória a inclusão das Metas 15, 16, 17 e 18 do PNE 2014-2025 no objetivo 17 do presente PNE (2026-2036). Porém, ao retroagirmos referencialmente sobre o primeiro PNE do século acerca da adequação da formação docente – objeto da presente pesquisa –, parte do almejado presenciou a décima meta do PNE 2001-2010 (Brasil, 2001), mais explicitamente nos objetivos 18 e 19:

18. Garantir, por meio de um programa conjunto da União, dos Estados e Municípios, que, no prazo de dez anos, 70% dos professores de educação infantil e de ensino fundamental (em todas as modalidades) possuam formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.

19. Garantir que, no prazo de dez anos, todos os professores de ensino médio possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam (Brasil, 2001, p. 68).

Isto coloca para o cenário educacional no Brasil a continuidade dos dilemas que impactam diretamente a escolarização da população brasileira, contendo problemas graves

¹⁰ Prorrogado por mais um ano por meio da Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024 (Brasil, 2024).

que variam do acesso à escolarização básica ao financiamento, imputando contradições sobre os princípios da qualidade educacional mesmo sob a ótica hegemônica¹¹. Indo ao objeto da presente pesquisa, com o intuito de analisar a evolução da atuação do quadro docente da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro de modo adequado, como almejado no PNE 2014-2025 por meio da meta 15¹², que visou garantir, por meio da colaboração dos entes federativos e da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, criada por meio do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 (Brasil, 2016), “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014b, p. 13), tendo como principal estratégia a 15.913 (Brasil, 2014b, p. 14).

Neste sentido, tomamos como problema da pesquisa a existência, a evolução e as vicissitudes da demanda potencial de professores-as que atuaram nas diferentes redes de ensino do estado do Rio de Janeiro no ano de 2025, entendendo a inadequação da formação docente como carência para efetiva relação ensino-aprendizagem capitaneada por profissional da educação formado devidamente em um campo disciplinar¹⁴. Objetivamos, desse modo, examinar a adequação da formação docente nas redes de ensino do estado do Rio de Janeiro, calcados sob a hipótese de elevada inadequação com particularidades nas etapas da Educação Básica, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e nas redes de ensino.

Trata-se de uma pesquisa básica, de cunho crítico-explicativo, e caráter bibliográfico-documental, ancorada em dados estatísticos do Censo Escolar da Educação Básica e dos Indicadores Educacionais dispostos pelo INEP¹⁵. Como forma de estruturação

¹¹ Nos referimos aqui à finalidade e a própria estrutura do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que oblitera tais questões ao centralizar o resultado na equação entre os indicadores de desempenho – realizadas pelas avaliações externas – e de fluxo escolar, como rege o Artigo nº 8 do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007).

¹² “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

¹³ “Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício” (Brasil, 2014b, p. 14).

¹⁴ Cabe acrescentar que, ao longo do artigo, mencionaremos questões acerca do magistério fluminense, como a distribuição dos-as professores-as por gênero, idade e raça. Mas especificamos que não se trata do objeto central.

¹⁵ Os dados foram coletados no sítio eletrônico do INEP (2026), sem qualquer intereferência resultante pela autoria. Apenas sua utilização de modo a atender o objetivado e as respectivas variáveis.

do artigo, iniciaremos o exame pelas etapas de ensino da Educação Básica e pela EJA, para posteriormente analisarmos a adequação da formação docente nas diferentes redes de ensino.

A adequação da formação docente nas etapas de ensino e na EJA no estado do Rio de Janeiro.

A classificação da Adequação da Formação Docente especifica o percentual de professores-as que lecionam na Educação Básica de acordo com a formação obtida no momento das atividades de ensino-aprendizagem, que variam desde o curso superior de licenciatura na área até o Ensino Médio.

Segundo os referenciais legais apresentados, a avaliação de adequação da formação do docente depende da sua área de atuação, ou seja, da(s) etapa(s) da educação básica em que leciona e disciplina(s) que ministra. Portanto, em última instância, o que se está avaliando são as docências oferecidas pela escola e seu corpo docente aos discentes. Docência compreendida como ação de ensinar-aprender de sujeitos em relação a objetos de aprendizagem, mediada por práticas didáticas, com vista ao desenvolvimento de habilidades e competências (Brasil, 2014a, p. 4).

A contabilização ocorre em cada turma e disciplina que o docente leciona, incluindo “os professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância” (Brasil, 2026, s. p.), resultando em uma divisão categórica por cinco grupos:

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Grupo 5 - Docentes sem formação superior (Brasil, 2014a, p. 6).

No primeiro momento, cabe observar a evolução da adequação da formação docente nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica e na EJA, de modo

geral, no estado do Rio de Janeiro, que nos permite afirmar introdutoriamente a elevação em todo o universo da pesquisa no recorte histórico adotado – 2015 a 2025 – com algumas ressalvas. Apenas a Educação Infantil apresentou expansão perene e contínua, com ritmo diferenciado ao longo dos anos discriminados, e maior valor percentual de acréscimo de professores-as adequadamente formados-as em decorrência da menor expressão quantitativa no ano inicial da pesquisa, enquanto os Anos Iniciais do Ensino Fundamental presenciam o menor acréscimo percentual, e o Ensino Médio apresenta o cenário mais favorável, apesar de ser a única variável com decréscimo entre 2023 e 2025 – 1,1%; em razão, hipotética, da inclusão de disciplinas eletivas que não contam com qualquer curso superior de licenciatura – como o caso do empreendedorismo (INEP, 2026).

Tabela 2 – Adequação da formação docente das etapas de ensino da Educação Básica e da EJA no estado do Rio de Janeiro – 2015-2025.

	2015	2017	2019	2021	2023	2025	% variação
EI¹⁶	19,5	20,6	21,2	28	30,2	35,2	80,51
AIEF¹⁷	36,9	37,3	36,7	41,9	41,1	49,5	34,14
AFE¹⁸	71,4	70,8	73,1	75,6	74,8	74,9	4,92
EM¹⁹	69	69,6	77,7	77,4	77,4	75,8	9,81
EJA-EF²⁰	42,3	54	54,6	55,8	55,6	56,5	8,03
EJA-EM²¹	63,6	62,7	69,9	71,1	72	72,2	13,52

Fonte: INEP (2026).

Já em relação aos grupos do indicador da adequação da formação docente, existem discrepâncias significativas. No estado do Rio de Janeiro, a Educação Infantil ainda tem grande presença de professores-as formados apenas na Educação Básica, sendo possível mensurar, por meio dos dados do INEP (2026), que, intrínseco ao universo total, 36,2% concluíram o Curso Normal-Magistério; portanto, cremos que aqui, exclusivamente, a incidência deste é o fato significativo, vide a superação dos valores comparativos entre os Grupos Cinco e Um. O mesmo ocorre nos Anos Iniciais

¹⁶ Educação Infantil.

¹⁷ Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

¹⁸ Anos Finais do Ensino Fundamental.

¹⁹ Ensino Médio.

²⁰ Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental.

²¹ Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio.

do Ensino Fundamental em relação ao percentual expressivo no mesmo fator – 28,8% formados-as no Curso Normal-Magistério – sem superar o mensurado na Educação Infantil, enquanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio a maior correlação para além do grupo um ocorre no terceiro agrupamento - “docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona” (INEP, 2014a, p. 6) – o que demonstra considerável polivalência, mesmo em números menores que os verificados na Educação Infantil. Acerca da EJA, o fenômeno se coaduna ao verificado nas duas últimas etapas de ensino da Educação Básica, sendo o Ensino Fundamental o menos razoável, cabendo destacar a elevada polivalência – a maior em comparação à totalidade – pela quantidade de professores-as com formação superior de licenciatura que atuaram em áreas do conhecimento diferentes.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos-as docentes das etapas de ensino da Educação Básica e da EJA no estado do Rio de Janeiro de acordo com a formação – 2025.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
EI	35,2	1,1	21,2	3,8	38,7
AIEF	49,5	1,7	9,5	3,2	36,1
AFEF	74,9	2,2	14,6	1,8	6,5
EM	75,8	1,6	18,6	1,2	2,7
EJA-EJ	56,5	1,6	30,3	3,1	8,2
EJA-EM	72,2	1,7	22,5	2,1	1,5

Fonte: INEP (2026)

Tomando o avesso, ou a demanda relativa, podemos afirmar, com base nos dados do INEP (2026) sobre o ano de 2025, que existe elevada carência de profissionais adequadamente formados nas etapas de ensino da Educação Básica e na EJA no estado do Rio de Janeiro. Para exemplificar esta assertiva, e considerando o melhor indicador exposto na Tabela 3, somente no Ensino Médio aproximadamente 10.423 docentes lecionaram sem a formação superior em licenciatura na disciplina ou na área do conhecimento adequada. Já no sentido contrário, a Educação Infantil demandou, no ano acima discriminado, aproximadamente 37.948 docentes adequadamente formados.

Um fator relevante, como colocado no término da introdução, e que requer uma pesquisa mais densa, trata-se da distribuição dos docentes entre as etapas de ensino da

Educação Básica e da EJA por gênero, raça²² e rendimento médio mensal. Verificando tal fato, observa-se, nitidamente no primeiro momento, a maior proporção de mulheres na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – mesmo sendo majoritária em todas as etapas de ensino da Educação Básica e na EJA –, assim como dos(as) professores(as) pretos(as)-pardos(as) na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 4 – Total de docentes das etapas de ensino da Educação Básica e da EJA no estado do Rio de Janeiro de acordo com o gênero e a raça²³ – 2025.

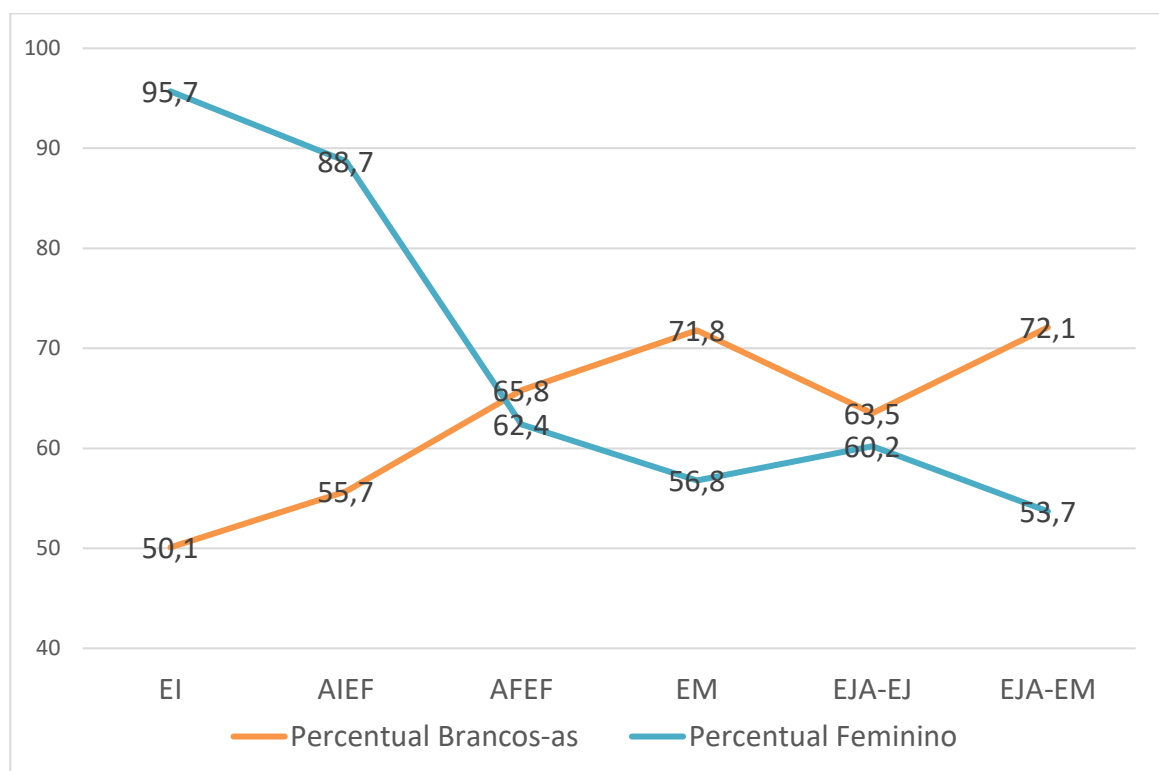
	Feminino	% Feminino	Masculino	Branco-a	% Branco-a	Preto-a pardo-a
EI	43.028	95,7	1.914	13.359	50,1	13.281
AIEF	51.949	88,7	6.614	18.902	55,7	15.030
AFEF	33.690	62,4	20.245	22.516	65,8	11.662
EM	24.557	56,8	18.660	21.509	71,8	8.444
EJA-EJ	4.228	60,2	2.791	3.020	63,5	1.732
EJA-EM	4.265	53,7	3.677	4.457	72,1	1.717

Fonte: INEP (2026)

²² Utilizaremos a mesma terminologia do INEP tanto aqui quanto na distinção entre brancos-as e pretos-as-pardos-as.

²³ Não utilizamos o quantitativo não-declarado.

Figura 3 – Percentual de docentes do gênero feminino e professores-as brancas-os das etapas de ensino da Educação Básica e da EJA no estado do Rio de Janeiro – 2025.



Fonte: INEP (2026).

Além da distribuição assimétrica dos docentes nas etapas de ensino da Educação Básica e na EJA entre as variáveis expostas acima, existe uma discrepância dos rendimentos médios mensais. Concebendo o caso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), os docentes que trabalharam para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio²⁴, em 2025, tiveram como vencimento médio mensal no início de carreira o valor de R\$ 3.529,77, enquanto os(as) professores(as) que atuaram nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental²⁵ 2.251,11 reais (Rio de Janeiro, 2026, p. 91-92). Portanto, e considerando a média salarial mensal da SEEDUC-RJ (2026), podemos afirmar que, mesmo hipoteticamente, existe proporcionalmente uma divisão do trabalho entre gênero-raça – sendo que os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que contam com a maior proporção de mulheres e pretos-as-pardos-as, foi a única etapa de ensino da Educação Básica a materializar a meta preestabelecida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Brasil, 2024).

²⁴ Professor Docente I.

²⁵ Professor Docente II.

Logrando maior especificidade à distribuição dos docentes em relação ao gênero e à raça, as redes de ensino refletem, com pequenas variações, o exposto até o momento. Acerca do gênero, apenas na rede federal existe proporção favorável para os professores no Ensino Médio e na EJA na mesma etapa de ensino, ocorrendo aproximação entre ambos nas escolas públicas municipais neste escopo. As aproximações também ocorrem na rede privada no Ensino Médio – incluindo a EJA, não descartando nossa tese sobre a ascensão do número de docentes do gênero masculino quanto maior a etapa de ensino da Educação Básica, inexorável dos rendimentos médios mensais – que é o caso da rede federal. Sobre a diferenciação racial, somente na Educação Infantil da rede pública municipal tal fato é concebido.

Tabela 5 – Total de docentes das etapas de ensino da Educação Básica e da EJA no estado do Rio de Janeiro de acordo com o gênero e a raça – 2025.

	Masculino				Feminino			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
EI	5	1	1.263	662	101	25	26.875	16.436
AIEF	68	31	3.976	2.643	298	120	30.890	21.787
AFEF	292	4.028	9.888	8.260	370	7.158	16.162	13.360
EM	1.571	11.042	157	7.187	1.105	16.768	182	7.935
EJA-EJ	9	508	2.206	86	25	793	3.259	166
EJA-EM	188	3.256	28	220	121	3.874	39	243
	Branco-as				Pretos-as-pardos-as			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
EI	30	8	8.668	4.586	25	8	9.015	4.375
AIEF	143	41	11.325	7.700	77	22	9.843	5.340
AFEF	305	5.994	10.747	7.892	87	2.495	6.183	4.021
EM	773	16.241	152	5.589	233	6.068	75	2.463
EJA-EJ	8	784	2.156	90	11	231	1.435	58
EJA-EM	64	4.205	36	168	33	1.580	8	98

Fonte: INEP (2026 – grifo nosso).

A adequação da formação docente nas redes de ensino e na EJA no estado do Rio de Janeiro.

Após a confirmação da demanda potencial, em números expressivos, nas etapas de ensino da Educação Básica e da EJA das escolas do estado do Rio de Janeiro, cabe avançar para o exame deste cenário nas distintas redes de ensino. Entre 2015 e 2025, nos certificamos, por meio dos dados do INEP (2026), da ascensão do

número de professores(as) formados(as) em Cursos Superiores de Licenciatura, espelhando relativo avanço de modo dissimétrico – vide o decréscimo na pública rede federal de ensino entre 2015 e 2019, e após 2023, fato também concebido no âmbito público estadual. A única rede de ensino que apresentou acréscimo contínuo e ininterrupto foi a pública municipal do estado em questão, ao lado do decréscimo verificado na rede pública federal. Porém, o que inicia como conclusão para o presente artigo é o quantitativo aquém da rede privada, que alcançou quase a metade da docência em 2019, e estando, em 2025, 21,1% abaixo da pior rede pública de ensino (INEP, 2026).

Tabela 6 – Docentes da Educação Básica formados em Cursos Superiores de Licenciatura de acordo com as redes de ensino do estado do Rio de Janeiro – 2015-2025.

	2015	2017	2019	2021	2023	2025
Federal	85,2	83,1	74,1	76,4	86,7	83,3
Estadual	92,9	93,4	96,9	96,3	97	96,4
Municipal	67,9	68,6	68,6	72,1	73,9	76,3
Privado	53,1	50,3	50,3	52,6	55,2	55,2

Fonte: INEP (2026).

O mesmo fato se repete quando analisamos detalhadamente por meio da relação entre as redes de ensino e as etapas de Ensino da Educação Básica e a EJA. Acerca da Educação Infantil, existe uma demanda expressiva de docentes formados adequadamente em todas as redes de ensino, cabendo razoável destaque para o âmbito público estadual – segundo menor quantitativo de docentes em atividade no ano de 2025, vide a pouca expressividade da rede pública federal (78 professores(as)). Nota-se nas redes municipal e privada soma considerável de professores-as sem qualquer formação superior; porém, não resta dúvida sobre o desequilíbrio exposto na última rede de ensino mencionada, na qual 38,6% possuíam, em 2025, diplomas de Cursos Superiores de Licenciatura, sendo a terceira maior expressão em docentes com formação em outra área – atrás das redes pública federal e municipal –, ao lado de 57,2% de professores(as) sem qualquer formação superior.

Tabela 7 – Adequação da Formação Docente da Educação Infantil de acordo com as redes de ensino no estado do Rio de Janeiro – 2025.

Educação Infantil				
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5

Federal	36	0,4	37,3	12,3	14
Estadual	77,8	0	11,1	3,7	7,4
Municipal	45,5	1,1	21,7	4,3	27,5
Privado	18,3	1,1	20,3	2,9	57,2

Fonte: INEP (2026).

Se na Educação Infantil a rede pública federal apresentou o menor indicador de adequação da formação docente no âmbito público em 2025, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a situação altera – cabe acrescentar a significativa presença de bacharéis nas escolas públicas federais nesta etapa de ensino da Educação Básica. De modo geral, houve, no ano em questão, elevada discrepância entre as redes pública e privada, reproduzindo a mesma conclusão anterior, na qual a maior parte dos docentes não tinha qualquer habilitação em curso superior. Entre os escopos públicos estadual e municipal, ocorre equivalência do quantitativo de docentes adequadamente formados na disciplina ou área em que atuaram, mas a rede pública municipal no estado fluminense se destaca diante do baixo número de professores(as) sem diplomas de licenciatura plena – vide os Grupos dois, quatro e cinco.

Tabela 8 - Adequação da Formação Docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de acordo com as redes de ensino no estado do Rio de Janeiro – 2025.

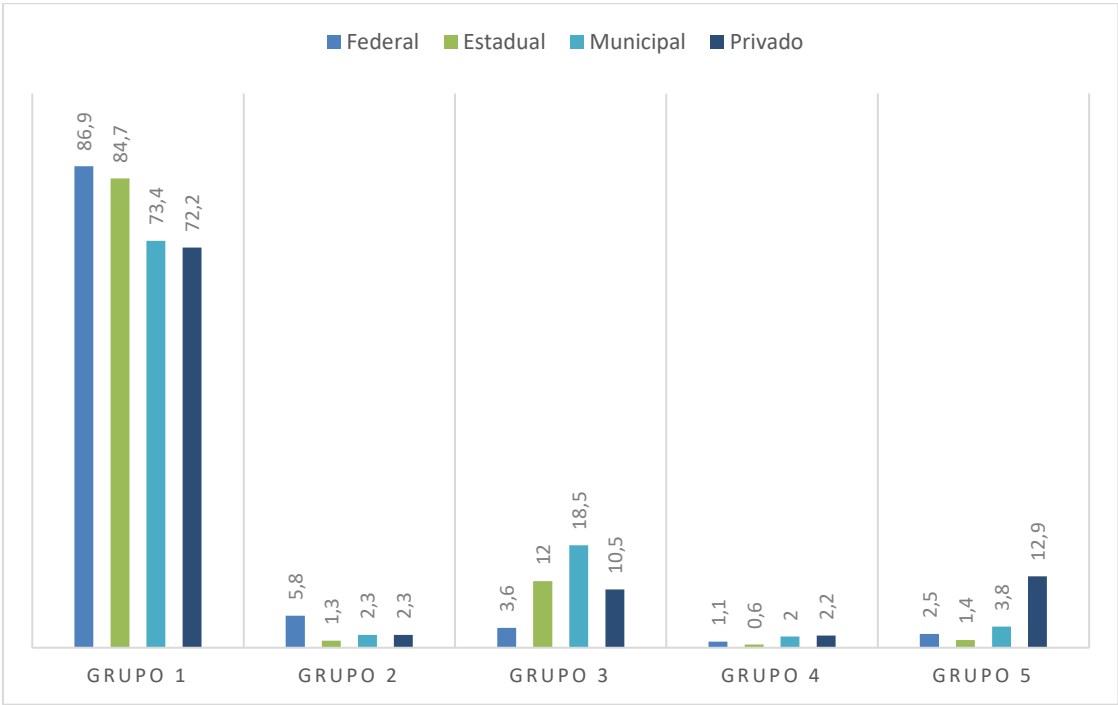
Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Federal	75	10,5	5	2,3	7,2
Estadual	73,4	2	11,2	3,6	9,7
Municipal	73,4	2,3	18,5	2	3,8
Privado	36,7	1,7	5,6	2	54

Fonte: INEP (2026).

A melhoria dos indicadores da rede privada de ensino ocorre ao examinarmos os dados dos Anos Finais do Ensino Fundamental, mesmo que não supere nenhuma rede pública de ensino no estado do Rio de Janeiro. No entanto, ainda permanece com o maior percentual de docentes sem formação superior. O destaque nesta etapa de ensino da Educação Básica permanece com a rede pública federal no estado fluminense, acompanhado de perto pela rede pública estadual. A rede pública

municipal de ensino, que abrange o maior quantitativo de docentes, apresenta o maior percentual de professores-as no Grupo Três, e, somando o total de licenciados-as, a rede pública estadual alcançou 96,7% – o que pode ser identificado com o melhor resultado até o presente momento.

Figura 4 - Adequação da Formação Docente dos Anos Finais do Ensino Fundamental de acordo com as redes de ensino no estado do Rio de Janeiro – 2025.



Fonte: INEP (2026).

Já em relação ao Ensino Médio, os dados indicam subtração total quando comparados aos Anos Finais do Ensino Fundamental, cabendo destaque novamente para a rede pública federal de ensino em relação aos docentes adequadamente formados. Novamente, a rede privada de ensino no estado do Rio de Janeiro apresenta significativo percentual de professores-as sem qualquer formação superior, enquanto as redes públicas de ensino municipal e estadual despontam como o escopo de maior polivalência – docentes que atuaram, em 2025, com diplomas de cursos superiores de licenciatura em áreas-disciplinas destoantes das atividades de ensino nas respectivas turmas e unidades escolares.

Tabela 9 - Adequação da Formação Docente do Ensino Médio de acordo com as redes de ensino no estado do Rio de Janeiro – 2025.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
---------	---------	---------	---------	---------

Federal	83,9	3,8	4,9	6,4	1
Estadual	76,7	1,3	20,8	0,6	0,6
Municipal	73,7	3,2	21,4	1,2	0,5
Privado	72,8	2,1	15,1	2,1	35,1

Fonte: INEP (2026).

Considerações Finais

O quantitativo de docentes que atuaram no estado do Rio de Janeiro, como observado ao longo do artigo, incidiu com maior proeminência nas redes pública municipal e privada, sendo a primeira, por razões óbvias ante sua capilaridade e especificidade geográfica, a mais expressiva. Em relação à etapa de ensino da Educação Básica, o Ensino Fundamental concentra o mais expressivo *quantum*, com tendência para a ampliação da faixa etária ao longo dos últimos 10 anos, com ressalvas à rede privada. O mesmo universo demonstrou outro dilema, referente ao percentual de professores-as com formação superior em licenciatura, incidindo mais sobre a rede privada – 55,1% (INEP, 2026).

Neste sentido, o primeiro problema da docência no estado do Rio de Janeiro se remete à combinação entre a baixa certificação superior dos docentes e a ampliação da idade destes. Tomamos como principal causa a combinação entre a contratação temporária e demais formas para contemplação da demanda docente, que provocaram – e ainda provocam – um empecilho para o ingresso de professoras jovens e devidamente formados – o último concurso para a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro ocorreu em 2014 –, pois tomam como principal fator classificatório o tempo de magistério e a formação em nível de pós-graduação – o que impede aos jovens pontuação adequada.

Em relação à demanda relativa, os dados são explícitos em confirmar a premissa da presente investigação. No primeiro momento, ressaltamos o avanço insuficiente em todas as etapas de ensino da Educação Básica e a EJA em todas as redes de ensino, situando o número mais significativo – expansão de 80,51% – na Educação Infantil, sendo que esta conta com 35,2% de docentes com formação em Curso Superior em Licenciatura (INEP, 2026), enquanto o melhor percentual total se confirmou na última etapa de ensino da Educação Básica – 75,8%. Pensando em termos explícitos, a demanda relativa mais expressiva, 38,7% e 36% dos-as docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental lecionaram, respectivamente, sem qualquer formação superior.

A segunda consideração final trata do percentual de docentes em relação ao gênero e à raça. Como exposto, quanto mais inicial a etapa de ensino da Educação Básica e, consecutivamente, onde são destinados os menores vencimentos médios mensais, a proporção de mulheres e pretos(as)-pardos(as) é maior. O que pode encaminhar para pesquisas futuras sobre o tema, pois, sob nossa ótica, imputa hipoteticamente uma divisão sexual-racial do trabalho docente, pois os dados se asseveram ainda mais no Ensino Superior (Andrade, 2026).

No terceiro momento cabe ressaltar a polivalência²⁶ dos(as) professores(as) nas etapas de ensino da Educação Básica e na EJA. Enquanto o problema da carência de formação superior reside na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no caso da EJA para o Ensino Fundamental, contabilizamos 30,6% de professores-as que lecionaram, em 2025, com formação superior em licenciatura em outra área do conhecimento ou disciplina, e dados significativos também nas etapas de ensino da Educação Básica e na EJA para o Ensino Médio, com exceção para a Educação Infantil, onde podemos tomar como exemplo o total de 18,6% na última etapa de ensino da Educação Básica.

Por fim, consideramos que a adequação da formação docente, quando analisada pelas redes de ensino, amplia o dilema de forma discrepante com prejuízo para as escolas privadas do estado do Rio de Janeiro – mesmo sendo um problema que abarca todas as redes de ensino. No caso da rede mencionada, somente os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio contam, de modo geral, com mais da metade de professores formados adequadamente – 72,2% e 72,8% respectivamente –, fato que também ocorreu, em 2025, na Educação Infantil da rede pública municipal de ensino – 45,5%. Neste sentido, temos um urgente tema para a ordem do dia que logra, por razões profissionais, empecilhos para a qualidade educacional no que tange sua ação mais profícua e importante: a relação ensino-aprendizagem realizada por profissionais adequadamente formados para tal.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Apagão Docente? Outra leitura do alarde. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 114, 2025.

²⁶ Entendemos por polivalência a atuação docente destoante da sua formação.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Breve perfil dos-as docentes de Geografia que atuaram no Ensino Superior entre 2015 e 2021 no Brasil: o que explicita o CAGED? **Revista Democratizar**, v. 26, n. 1, 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Brasil, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm>. Acesso em: 21 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, DF: Brasil, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF: Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 020/2014**. Brasília, DF: INEP, 2014a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_do_cente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: Brasil, 2014b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Brasília, DF: Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024**. Brasília, DF: Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14934.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Brasília, DF: Brasil, 2026. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-15.388-de-14-de-abril-de-2026-699917783>>. Acesso em: 21 de maio de 2026.

INEP. **Censo Escolar – 2025**. Brasília, DF.: INEP, 2026. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censoescolar/resultados>>. Acesso em: 21 de maio de 2026.

OCDE. **Education at a Glance – 2025**. Paris: OCDE, 2026. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance2025_1c0d9c79en.html> Acesso em: 22 de maio de 2026.

Rio de Janeiro. Gestão de Pessoas do Estado do RJ. **Caderno de Remuneração**. Rio de Janeiro: GESPERJ, 2026. Disponível em: <<https://www.rj.gov.br/gesperj/sites/default/files/Caderno%20de%20Remunera%C3%A7%C3%A3o%20-%20janeiro%20-%202026.pdf>> Acesso em: 08 de junho de 2026.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SOBRE O(A)S AUTORE(A)S

Rodrigo Coutinho Andrade

Doutor em Educação pelo PPGEduc-UFRRJ; Professor do DeGEO-IM/UFRRJ, do PPGEduc-UFRRJ, e do PPGEIO-FFP/UERJ; Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Niterói e do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). Correio eletrônico: rodrigoandrade@ufrj.br.

Recebido em: 11 de junho de 2026

Aprovado em: 22 de junho de 2026

Publicado em: 30 de junho de 2026

Como citar

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. A Adequação da Formação Docente e a demanda de Professores para a Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 366–385, 2026. DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19664. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/19664>. Acesso em: 30 jun. 2026.